

VISÍVEL OU INVISÍVEL: UM OLHAR SOBRE O TRABALHO DAS MULHERES AGRICULTORAS

FONSECA, Cristine da¹; ANDERSSON, Fabiana da Silva², CALDAS, Nádya Velleda³

¹Acadêmica do Curso de Agronomia – FAEM/UFPEL; ²Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar; ³Professora do Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas. E-mail: cristinefonseca@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Historicamente as mulheres agricultoras desempenham importante papel na produção de alimentos de qualidade, garantindo a segurança alimentar da família, assim como a harmonização de conflitos desta instituição, além da manutenção da biodiversidade (SHIVA, 1998).

Do mesmo modo, Siliprandi (2009), Lovatto (2010) e Rohnelt (2011) enfatizam que elas são as responsáveis pela introdução de inovações, sendo as verdadeiras protagonistas dos espaços de produção.

Em que pese à participação feminina nos espaços agrários, a lógica patriarcal e a construção de políticas públicas pouco contribuem para tornar visível o trabalho realizado não só pelas mulheres, mas também por outras categorias sociais (NOBRE, *et. al.*, 2010).

Frente a esta questão, Emma Siliprandi (2009, p. 32) assevera que as raízes da opressão das mulheres é uma postura que

além de ser antropocêntrica, era também androcêntrica e etnocêntrica, porque levava a um descaso para com as condições de sobrevivência do planeta, e também com relação às mulheres e outras categorias sociais que não fossem os homens brancos e adultos tomados como referência de padrão moral.

É mister lembrar que a mecanização da agricultura e a utilização de insumos externos à propriedade favorecem a figura masculina enquanto chefe da família, restringindo à participação das mulheres aos espaços de produção (BRUMER, 2002).

Neste contexto, cabe indagar: Com toda gama de atividades desempenhadas pelas mulheres agricultoras, onde está seu protagonismo? Ainda que os estudos qualitativos demonstrem sua relevância, os dados quantitativos ainda apresentam escassas informações a respeito do coletivo de mulheres rurais¹.

Assim, este trabalho objetiva analisar as situações efetivas de trabalho das mulheres agricultoras nas dinâmicas agrícolas através dos dados estatísticos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) nos anos de 2006, 2008 e 2010-2011, do Censo Agropecuário 2006 e das Tabulações Especiais de Melo & Di Sabbato (2007).

¹ A referência às mulheres rurais diz respeito às insuficientes fontes de informações e dados sobre suas realidades. Esta situação torna-se crítica quando direcionamos a atenção às mulheres agricultoras.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

O presente trabalho se insere no âmbito do Projeto de Tese intitulado “Novas possibilidades para as mulheres do campo: O caso das unidades familiares de produção de base ecológica no extremo sul do Brasil e na Andaluzia”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, fazendo parte da agenda de pesquisas do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) do DCSA/UFPel. O mesmo baseia-se em etapa exploratória do projeto como: revisão bibliográfica, levantamento de dados em fontes secundárias, bem como nas observações colhidas em eventos e espaços de discussão locais e regionais de que participamos sobre a atuação das mulheres rurais nos espaços domésticos e de sociabilidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A forma como os dados estatísticos são coletados vem ao longo das últimas décadas desconsiderando o protagonismo feminino, principalmente no âmbito da agricultura familiar. Visto que não só o mérito da produção é atribuído ao chefe da família, geralmente o homem, como também a renda obtida a partir desta. A participação dos cônjuges e filhos (neste caso os do sexo feminino) é pouco reconhecida neste espaço.

Na unidade de produção familiar o trabalho é dividido conforme o sexo e a idade das pessoas, sendo que as atividades domésticas competem exclusivamente às mulheres, sejam elas avós, filhas ou esposas. No que tange à participação da esposa nas atividades produtivas, quando da presença da figura avó e ou filha, sua participação torna-se mais intensa nos espaços de produção. Ainda assim, o trabalho desempenhado por elas é visto apenas como “ajuda”, ou seja, como se sua participação no espaço produtivo não denotasse um papel central em seu cotidiano (HEREDIA *et al.*, 1984; BRUMER, 2002 e 2004).

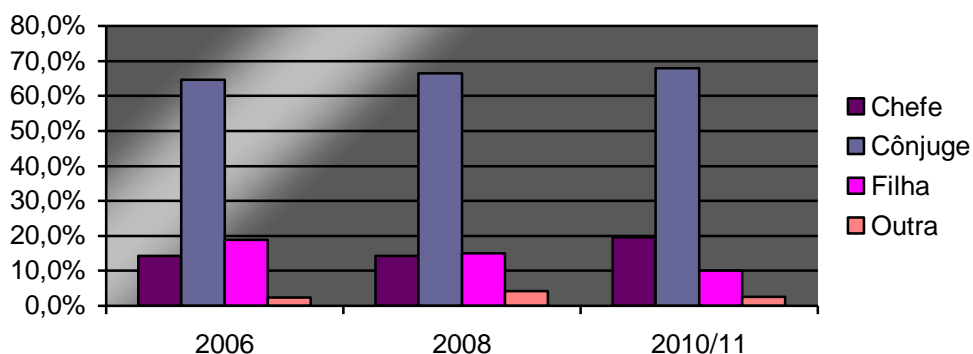


Figura 01 – Mulheres ocupadas na agropecuária segundo posição na família nos anos de 2006, 2008 e 2010-2011.

Fonte: a partir de Estatísticas do Meio Rural (2006, 2008, 2011).

Em relação a pouca visibilidade dada também pelos dados estatísticos às mulheres agricultoras, é possível observar, na figura 01, que sua aparição nas informações consta, em mais de sessenta e cinco por cento dos casos, como

cônjuge. Isto implica dizer, conforme alude Melo (2005), que possivelmente o poder de decisão não compete a elas. Segundo dados do IBGE (DIEESE, 2010) as mulheres no meio rural tem maior grau de escolaridade que os homens, o que de certa forma habilita estas ao mercado de trabalho e possibilita a inserção em outras atividades que não as agrícolas².

Nos estudos sobre a ocupação das mulheres na agropecuária segundo posição na família nos anos de que nos anos 2006, 2008 e 2010/2011 do DIEESE, há um sensível crescimento em relação à posição de chefe. Esta questão pode estar relacionada à difusão das atuais políticas de titularidade de terras e acesso a compras³ (por exemplo, o Programa Nacional de Crédito Fundiário que possibilita às mulheres agricultoras, tanto solteiras como casadas, adquirirem propriedades rurais).

Em relação à atuação da mulher na propriedade rural familiar (cônjuge, filha e outras) é relevante dizer que o valor não monetário das atividades realizadas por estas não é reconhecido ou classificado pelas instituições de pesquisa e estatística como trabalho importante para a manutenção da agricultura familiar.

O trabalho realizado para a conservação da higiene da casa e arredores, o preparo dos alimentos, a produção de hortaliças e pequenos animais não são contabilizados como atividades de valor econômico (espaço reprodutivo). Conseqüentemente, toda essa gama de atividades, essenciais para a manutenção da família, é considerada como uma simples obrigação dos parentes do sexo feminino.

A forma como as mulheres agricultoras se reconhecem e como a estruturas sociais e políticas percebem sua inserção nas atividades agropecuárias no Brasil é de suma importância para estimular a visibilidade e o empoderamento delas na sociedade.

4 CONCLUSÃO

Ainda que desde os primórdios da agricultura as mulheres tenham sido as principais responsáveis pela manutenção da biodiversidade e da produção de alimentos para o sustento da família, é possível dizer que suas capacidades no modelo de sociedade patriarcal é subestimada convenientemente, fortalecendo o principio de que elas não têm habilidade para realizar a comercialização da produção assim como para reivindicar a busca por melhorias estruturais voltadas para as atividades agropecuárias.

Os dados e informações coletados por diferentes órgãos de pesquisa e estatística são utilizados como retrato da realidade de um ambiente restrito para a avaliação, e posteriormente construção, de políticas para o desenvolvimento econômico e social.

Por fim, colocar em pauta o tema do trabalho das mulheres agricultoras é enriquecer o debate sobre como as dinâmicas agrícolas contribuem para formatar um espaço em que as especificidades destas mulheres sejam valorizadas e ganhem visibilidade e notoriedade frente à sociedade como um todo.

² A respeito do tema das atividades não agrícolas, Sacco dos Anjos e Caldas (2005, p. 30) asseveram que esta tendência leva “à redução do grau de importância da agricultura como setor econômico e/ou do ponto de vista da manutenção de emprego e ocupação para o conjunto da população”.

³ Ver a propósito Portaria nº 981, de 02 de outubro de 2003, do governo federal.

5 REFERÊNCIAS

- BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 01, 2004, p. 205-227.
- BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, v. 4, nº 7, 2002, p. 50-81.
- DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2006**. 2.ed. São Paulo: MDA, DIEESE; 2006, 276p.
- DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2008**. São Paulo: MDA, DIEESE; 2008, 280p.
- DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011, 292p.
- HEREDIA, B. M. *et al* O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. (Org.) **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 29-44.
- LOVATTO, P. *et. al*. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **Revista REDES**, v. 15, n. 2, 2010, p. 191-212.
- MELO, H. P. Gênero e pobreza no Brasil. Governabilidad Democrática de Género en America Latina y Caribe (Proj. CEPAL & SPM) – **Relatório Final**. Brasília, 2005, 47p.
- NOBRE, A. C. *et al*. Unidades agroecológicas de mulheres: empoderamento a partir da gestão. In: ActionAid Brasil. **Mulheres e agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras**, v.1. Rio de Janeiro, 2010, 290p.
- ROHNELT, P. B. C. **Estratégias de reprodução da agricultura familiar: a participação das mulheres nas atividades sócio produtivas na localidade de Trapeira – Canguçu/RS**. 2011, 127p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, 2011.
- SACCO DOS ANJOS, F; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n.1, 2005, p. 661-694.
- SHIVA, V. El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad. In: MIES, M.; SHIVA, V. **La praxis del ecofeminismo**. Biotecnología, consumo y producción. Barcelona: Icaria Editorial, 1998, 240p.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009, 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.